

ANOS DE PROSPERIDADE E MUDANÇAS: A SOCIEDADE DO AÇÚCAR E A NECESSIDADE DE UMA NOVA CAPITAL SERGIPANA

META

Aprender como se constituiu a sociedade canavieira, principalmente a do vale da Cotinguiba e suas prosperidades, destacando o engenho Pedras. Perceber a importância da cidade de Laranjeiras no século XIX na Cotinguiba.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
entender como funcionava os engenhos em Sergipe, especialmente o Engenho Pedras;
entender o porquê da transferência da capital, em 1855, de São Cristóvão para Aracaju.

PRÉ-REQUISITOS

A aula anterior que trata do processo de independência de Sergipe.



Imagem da Praça Fausto Cardoso, na década de 80, em Aracaju. Segundo o historiador Fernando Porto “Aracaju foi uma das mais felizes vitórias da Geografia”.

(Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>).

INTRODUÇÃO

No primeiro texto mencionamos a elite criadora de gado. Ela estava espalhada em Lagarto, Itabaiana e outros núcleos de povoamento que, paulatinamente, foram surgindo nas margens dos rios em direção ao São Francisco. Essa elite construiu suas casas em lugares privilegiados para controlar melhor o rebanho que crescia e adentrava nas matas se afastando das plantações. Mesmo vivendo no campo, essa elite estabeleceu diversos contatos com a vila mais próxima de sua moradia e com a sede da capitania. Nesses núcleos de povoamento, exerceu seu poder, confrontando-se com as autoridades da Bahia e da Coroa portuguesa. Nas vilas faziam a feira, frequentavam as festas do padroeiro e outras direcionadas pelo pároco.

Outra elite da sociedade sergipana se dedicava principalmente ao cultivo da cana-de-açúcar na Cotinguiba. Como seria a vida dos senhores do açúcar nos engenhos? Como funcionavam essas empresas? Qual o núcleo de povoamento que irá mais se destacar nessa região do açúcar?



Cassarão no Engenho Pedras, em Maruim, Sergipe. Foi um dos principais engenhos da região do Cotinguiba. Esse prédio foi uma cópia do Palácio do Governo construído no final do século XIX por Paulo Vieira de Melo Castro.
(Fonte: <http://jchianca.zip.net/>).

OS SENHORES DE ENGENHO – A ELITE BRANCA

O português colonizador e seus descendentes constituíram a elite social da colônia e, depois, da província. Segundo Nunes “eram eles os representantes da Província no Parlamento do império, detinham os postos do comando da Guarda Nacional criada em 1832, manipulavam os órgãos judiciários segundo os seus interesses”. (NUNES, 2006:48)

Na Segunda metade do século XIX cresceu muito a emigração portuguesa para o Brasil. Na Bahia chegou grande número de emigrantes que, na segunda metade do século XIX, buscaram a cidade de Salvador para fixar residência, deslocando também para o interior e chegando a Sergipe. Muitos migraram atraídos pela expansão do açúcar e do desenvolvimento do comércio. Na província muitos encaminharam-se para a região rural, situada além das grandes propriedades dominadas pelos senhores, estabelecendo-se em pequenas áreas, principalmente nas vilas de Itabaiana e Lagarto, e na região sanfranciscana. Muitos, de igual maneira, interessaram-se por núcleos de povoamento que se destacaram no século XIX, como Estância, Laranjeiras e Maruim. (NUNES, 2006:48-49)

Havia a presença de negociantes estrangeiros em Maroim e Laranjeiras. Segundo o censo de 1872, eram eles 79 portugueses, além de 17 italianos, oito alemães, dois ingleses e, até mesmo, três paraguaios. Também nessas duas localidades se formaram duas casas comerciais de origem internacional, como a casa Schramm & Co, fundada por Ernest Schramm, com sede em Hamburgo e filial na Bahia, envolvida com os negócios de importação e exportação. Todavia, em sua maior parte, as casas comerciais eram de pequenos negociantes, donos de estabelecimentos de secos e molhados.

A aristocracia sergipana possuía características diferentes das outras aristocracias das regiões do açúcar. Apresentava-se bem modesta, suas propriedades rurais não eram tão grande em comparação às dos aristocratas pernambucanos ou baianos.

A PROSPERIDADE DO AÇÚCAR – CONDIÇÕES FAVORÁVEIS

Até o início do século XVIII as terras da província sergipana eram dedicadas à criação de gado, como anteriormente nos referimos. Também a agricultura de subsistência e o fumo faziam parte dessa economia. Há uma produção insignificante de açúcar desde o início da colonização, após a conquista de Cristóvão de Barros. Essa produção aumenta no final do século XVIII. Mas é somente no início do século XIX, no vale do Vaza-Barris e, principalmente, na microrregião da Cotinguiba que ocorre um grande surto de produção.

O tempo de produção de açúcar em Sergipe é interligado a fatos que acontecem fora do Brasil. No início do século XIX aumentam os interesses de consumir mais ainda o açúcar no café, cacau e chá. Houve desorganização da produção açucareira em determinadas regiões, como nas Antilhas, ocasionadas pelas guerras do império napoleônico e da revolta escrava em São Domingos (atual Haiti).

A região da Cotinguiba possuía os solos de massapê, argilosos, escuros e pesados, que retinham bem a umidade, os “selões”, solos avermelhados, mais leves que o massapê, mas também muito férteis e favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar. O clima da região também contribuiu para a produção desse produto agrícola. Idem para o transporte de navegação dos grandes rios e de seus numerosos afluentes durante a maré cheia. Maria da Glória Santana de Almeida considera a barra da Cotinguiba a melhor via de comunicação de que a Província dispunha, principal meio de escoamento da produção regional.

Em relação às capitanias vizinhas, tradicionalmente produtoras de açúcar, a Capitania de Sergipe apresentava a vantagem de suas terras se encontrarem descansadas, constituídas.

O processo de produção obedecia a seguinte rotina: lavrar a terra com o uso da enxada e da foice; plantar a cana; retirar ervas daninhas quando a cana começasse a nascer, e esperar o tempo de maturação (de quinze a dezoito meses), após o que era feita a colheita. A produção do açúcar começava logo após a colheita, pois em um ou dois dias a cana azedava ou secava. Após a moagem, o caldo era fervido até chegar ao ponto do açúcar. Em seguida, era transposto para formas de barro em formato de cone, onde ocorria a clarificação.

Os senhores-de-engenho começaram a usar a cana crioula e depois passaram para a cana caiana, pois esta última possuía um teor de sacarose maior. Também passaram a usar a moenda a vapor no lugar somente da tração animal. Em 1860 há registros do uso dessa novidade nos engenhos de Antônio Dias Coelho e Mello, Barão de Estância e senhor do engenho Colégio; Sylvio de Souza Bastos, senhor do engenho Itaperoá; o coronel José Francisco de Menezes Sobral, do engenho Espírito Santo; e J. J. Bittencourt Calazans, dono do engenho Castelo.

A PROPRIEDADE FUNDIÁRIA EM SERGIPE NO SÉCULO XIX

Maria da Glória Almeida percebeu dois momentos distintos de fragmentação da propriedade fundiária em Sergipe no século XIX.

O primeiro momento, entre 1840 e 1860, seria marcado pela multiplicação dos engenhos de açúcar do tipo “bangüê”, ou seja, de pequena dimensão. Essa multiplicação de engenhos advém pela subdivisão por herança; pela

doação ou venda de parte das terras das posses maiores; ou ainda pela baixa tecnologia - que limitava a expansão dentro de cada engenho, obrigando os senhores a montarem novos engenhos quando havia aumento de produção.

Depois da década de 1860 inicia-se uma nova fase marcada por um “movimento acelerado de fragmentação” das propriedades e das fortunas, por ocasião da morte da primeira geração dos senhores de engenho da região. Essa situação colocou em risco a manutenção de muitos engenhos, que acabaram por passar para as mãos de outras famílias.

OS ENGENHOS

Os engenhos sergipanos, comparados aos da Bahia e Pernambuco, eram pequenos, existindo vários numa área territorial de pequena extensão.

Em 1724, os engenhos da Capitania de Sergipe eram apenas 24; em 1798, somavam 140 “contra os 260 existentes no Recôncavo da Bahia”; em 1824, eram registrados 232,11 e, em 1840, somavam 344.

Em 1724, ali existiam apenas 25 pequenos engenhos; em 1798 já se registravam 140 para 260 no Recôncavo baiano. Ao tomar-se Capitania independente da Bahia, Sergipe já contava com 226 engenhos existentes, alcançando 344 em 1840 ao iniciar-se o Segundo Império.

Esses dados são incertos. Felisbelo Freire afirmou existir em Sergipe quase mil engenhos. Segundo Luiz Mott a partir da segunda metade do século XIX havia, aproximadamente, 830 engenhos.

ESTRUTURAS DOS ENGENHOS

Segundo Loureiro, a casa grande geralmente era implantada a meia encosta, voltada para a fábrica ou moita (engenho), o qual ficava disposto em um plano mais baixo, no fundo dos vales, para melhor aproveitamento da água como força motriz. Os pavimentos térreos eram revestidos de lajotas de barro, enquanto o pavimento superior era em assoalho de madeira. No primeiro ficava os depósitos e o segundo abrigava os aposentos dos proprietários. As paredes eram de sopapo ou alvenaria de pedras e tijolos. A casa grande quase sempre ficava em nível mais e levado.

A FÁBRICA

Não havia preocupação decorativa nem uma intenção plástica. Quase sempre usam dos seguintes materiais em sua construção: tijolos, para os pilares e para as paredes; madeira, para a estrutura de cobertura; e telhas de barro, do tipo canal, para o recobrimento. Os pisos, sempre em terra batida, recebem algum reforço de pedra nas rampas que porventura existam.

O LUGAR DE MORADIA DOS TRABALHADORES

Em Sergipe não havia senzalas de um único cômodo. Encontravam-se pequenas moradas, umas ligadas às outras (geminadas a meia parede).

Havia também as capelas. Situavam-se acima ou no mesmo nível da casa-grande. Elas foram menos modificadas na sua estrutura física através do tempo. Empregaram elementos mais resistentes que os utilizados em outras parte do engenho.

Lugar considerado sagrado, no qual aconteciam as sagrações religiosas; nas suas horas vagas ela exercia igualmente o papel de centro social, onde os homens livres do engenho e das circunvizinhanças se reuniam.

Segundo Orlando Vieira Dantas, construídas a casa-grande e as senzalas, reunidos os animais de trabalho, o carro de bois, os de cria, a vaca, o carneiro, o porco, as galinhas; dispostos os cassuás, as cangalhas, os cabrestos, as selas, as brides, as botas e os instrumentos da casa: móveis em geral, cama, cadeira, mesa, guarda-roupa, o oratório, estava montado o engenho. Depois desse processo, a mata era derrubada, feita a coivara, as cercas e abertura da terra como o arado para o plantio da cana, entremeado de milho e feijão.

Ainda segundo Dantas,

no quintal plantavam-se legumes. E na cozinha o pilão moia o milho, o café e os grãos em geral. O ralo de flandres preparava a farinha de milho para o cuscuz. O almofariz pisava os temperos. As panelas de barro e de ferro, as moringas, os potes e os porrões, as caçarolas para os lombos de porco, de carneiro e de boi, as frigideiras compunham o equipamento culinário. O feijão cozinhado na panela era o maior ingrediente para o grande prato de preferência, a feijoada com carne de todos os tipos, toucinho, pimenta-do-reino, abóbora, quiabos e tomates. Em outros dias, a saborosa galinha ao molho pardo, o pernil de carneiro ou de porco, a carne-de-sol, a farinha de mandioca torrada, fina e gostosa. E, na sobremesa, os doces de goiaba, de banana, jaca etc. Mais as frutas: melancia, goiaba, banana, mamão, manga, laranja, sabe-se lá, uma infinidade de gostosuras na vida boa no campo verde, tranqüilo, suave, de água fina e pura para os banhos de cuja ou dos rios.

Exemplos de engenhos em Sergipe, segundo o livro de arquitetura sergipana do açúcar: Engenho Colégio, (Itaporaganga D´Ajuda); Engenho São Félix (Santa Luzia do Itanhi); engenho retiro (Laranjeiras); engenho Jesus, Maria e José (Laranjeiras); engenho Penha (Riachuelo), Engenho Pedras (Maruim); Engenho Cedro (Santa Luzia do Itanhi); Engenho Antas (Santa Luzia do Itanhi); Engenho Cumbi (São Cristóvão), Engenho Caeira (Santo Amaro das Brotas); Engenho Santa Bárbara (Carmópolis); Engenho Escurial (São Cristóvão), Engenho Dira (São Cristóvão), Engenho

Salobro (Divina Pastora), Engenho Poços (Araúá), Engenho Quidongá (São Cristóvão), Itaperoá (Itaporanga D´Ajuda), Engenho São Joaquim (Divina Pastora), Engenho Tuim (Araúá), Engenho Ferro (Santa Luzia do Itanhi), Engenho Cruzes (Japarutuba), Engenho Kassunguê (Estância), Engenho Boa Vista (Indiaroba), Engenho Novo (Araúá), Engenho Vasouras (Divina Pastora), Engenho Priapu (Santa Luzia do Itanhi), Engenho São José (Santa Luzia do Itanhi), Engenho Castelo (Santa Luízia do Itanhi), Engenho Central (Riachuelo)

Exemplos de Usinas: Usina Belém (São Cristóvão) e Usina Pinheiros (Laranjeiras)

ENGENHO PEDRAS



Engenho Pedras. Fonte: (LOUREIRO,1999:43).

Esse engenho é o mais pesquisado dos engenhos sergipanos. Quem mais estudou essa unidade de engenho foi Maria da Glória Santana de Almeida (1976). Pedras atravessa distintas fases da cultura da cana-de-açúcar em Sergipe. A autora situa-o como parte de outros engenhos da mesma família que ficavam localizados na região compreendida entre o rio Sergipe e o Japarutuba. No levantamento do inventário e testamento dele, em 1866, consta a seguinte localização desse engenho: “ao sul com o engenho Santo Antônio e Pombinha; ao norte com o engenho Unha do Gato; ao nascente com o da Canoa Nova e ao poente com o Maria Teles”. (ALMEIDA,1976:514)

Almeida reforça que o engenho Pedras estava localizado entre engenhos menores. Para ela as respostas da existência desses pequenos engenhos são duas: a primeira é que todos eles pertenciam a um só ancestral comum que teria fracionado para os filhos para garantir-lhes razoável subsistência. A segunda, é que havia condições estimuladoras que possibilitaram a dispensa

de maiores áreas para a manutenção do nível de produtividade da fazenda, no fim do século XVIII e começos do século XIX. A autora refere que as condições estimulares vieram com o florescimento da economia açucareira como resultado da valorização dos preços de açúcar.

De acordo com Almeida, em 1823 o engenho Pedras pertencia a Manoel Rolemberg D'Azevedo, e o Unha do Gato ainda estava em mãos de Gonçalo Paes d'Azevedo. Dois anos mais tarde registra-se a posse deste último pelo referido proprietário das Pedras. Será através do casamento da viúva de Manoel Rolemberg, Maria de Faro Rolemberg, que o Unha do Gato passará para as mãos do Barão de Maruim.

A autora constata que os quatro engenhos vizinhos ao Pedras tinham passado, por herança, aos descendentes de Manoel Rolemberg. Unha de Gato, ao Barão de Maruim pelo seu casamento com Maria de Faro Rolemberg (viúva); o Vitória, limítrofe deste, ao seu filho Gonçalo de Faro Rolemberg, futuro Barão de Japarutuba; o Maria Teles a Manoel Rolemberg de Menezes, casado com a neta, filha do Barão.

Ainda como parte dessa constatação, percebeu que as quatro primeiras propriedades constituíam um todo contínuo e homogêneo, atravessadas pelo rio Siriri, elemento indispensável para a composição de uma propriedade canvieira.

O engenho Pedras passou por altos e baixos mediante as suscetibilidades da crise do açúcar na década de 1850 e da partilha de bens com a morte de seus herdeiros. O principal problema era a falta de capital circulante. É outra constatação dessa estudiosa do Pedras. Percebe claramente esse processo de decomposição através do sistema de sucessão hereditária, que se aplicou aos bens do casal, inventariados após a morte de D. Ana em 1866, e com a morte de Luiz Madureira, em 1872, quando ocorre o auge desse processo de desarticulação.

O herdeiro, ficando como inventariante dos bens deixados por seu pai, Manoel Rolemberg Acciole Madureira, sem condições de preservar o patrimônio, pratica uma política de irresponsabilidade e depredação.

Arrematada em hasta pública pelo Barão de Propriá, em 1875, a propriedade passaria para as mãos do seu filho adotivo, Gonçalo Vieira de Melo Prado. De posse do engenho Pedras nas últimas décadas do século, Gonçalo não o conduziria a uma posição vantajosa entre o progresso técnico que atingira a indústria açucareira em todo o Brasil.

O valor atribuído ao engenho, em 1907, está reduzido à metade do que lhe coubera em 1872. Com essa pequena fortuna, Gonçalo Rolemberg do Prado inicia um período de pleno florescimento da empresa agrícola, que lhe coube por herança. Partindo de uma propriedade que mal se adaptava ao período industrial do açúcar, o coronel Gonçalo chegou a implantar um significativo complexo agro-industrial. Em 1957, após sua morte, os bens entraram em processo de partilha, ficando sua esposa, D. Maria Rolemberg

da Cruz Prado, como a grande acionista da Usina. Tendo seu filho, Dr. Gonçalo Prado, à frente da administração grandes reformas foram implantadas, quer na aquisição de maquinário novo e de maior capacidade, quer na introdução de novas técnicas no cultivo do solo.

ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA DO ENGENHO PEDRAS

Nos meados do século XIX deveria ter uma dimensão aproximada de 280 hectares. Era uma estrutura agrária muito complexa com áreas ocupadas pela lavoura da cana-de-açúcar, pastagem para o gado destinado aos trabalhos da empresa agrícola, matas que fornecessem a lenha para alimentar a fornalha da fábrica e aquela, de utilização não agrícola, destinada às vivendas e à fábrica. Esta última atividade foi mais ainda utilizada nos fins da década de 1850 com o alto preço dos cereais e a falta do produto nos mercados. Na década de 1860 os proprietários do Pedras incorporaram o algodão, motivados pelos estímulos de comercialização e da oscilação do preço do açúcar.

Esse engenho, definido como “banguê”, era uma fábrica de média capacidade produzindo pouco mais de três mil arrobas.

TECNOLOGIA E MÃO DE OBRA DO PEDRAS

Não se pode associar aos proprietários do engenho, no século XIX, nenhum espírito inovador capaz de modificar as técnicas de plantio vigentes entre plantadores de cana-de-açúcar. As técnicas e implementos usados do cultivo da cana eram bastante simples até o 3.º quartel do século XIX, como enxadas e foices. Entretanto, no inventário de D. Ana aparecem carroças, fôrmas de açúcar e outros utensílios.

Até 1874, o engenho Pedras era movido a cavalos e bois. O testamento de 1866 relaciona a posse de 30 cavalos e uma grande capacidade de renovação desse rebanho. O número de gado vacum aí registrado é 63 bois, 6 garrotes e 2 vacas.

Em 1909, Gonçalo Rolemberg do Prado procura acompanhar a renovação tecnológica adquirindo máquinas e materiais para a “Uzina Pedras”.

Em 1866 o referido engenho é um dos que mais utilizava o negro como escravo. Havia 129 escravos. Dentre os quais havia crianças de 7 anos de idade.

NÚCLEOS DE POVOAMENTO

A região da Cotinguiba era bastante povoada. Dez núcleos urbanos se desenvolveram nessa região da Cotinguiba no século XIX: Santo Amaro, Socorro, Rosário, Riachuelo, Siriri, Capela, Divina Pastora, Maruim, Japara-

tuba e Laranjeiras. Também devemos levar em consideração os inúmeros povoados ligados a essa região.

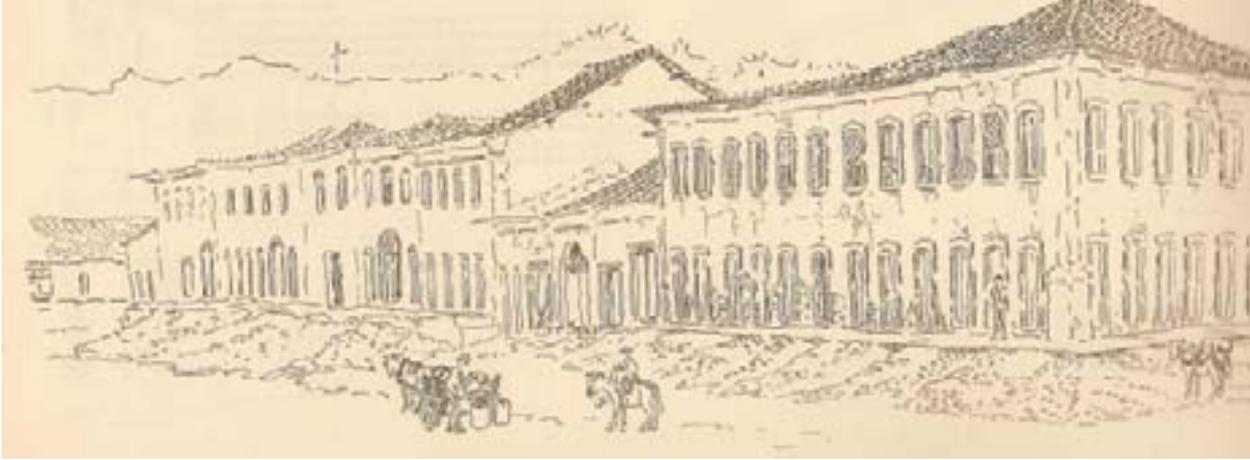
A POSIÇÃO DE DESTAQUE DE LARANJEIRAS



Mapa de Laranjeiras- Fonte (Plano urbanístico de Laranjeiras).

O progresso da indústria açucareira deslocaria para a povoação de Laranjeiras a posição que vinha sendo desfrutada pela Vila de Santo Amaro das Brotas. Em 1824, era a povoação mais rica da província. Tinha mais de 850 casas entre edifícios menores e aqueles que lhe faziam a decoração.

Havia aproximadamente setenta engenhos. O comércio, tanto de gêneros de exportação, como de importação constituía-se como um dos mais próspero. Na primeira metade do século XIX sua arquitetura, quer civil, quer religiosa se dinamizou.



Desenhos dos trapiches da praça da feira- Laranjeiras- Fonte: (MAIA e outros, 1979:53).

Parte da aristocracia do açúcar morou ou tinha residência de apoio em Laranjeiras. Alguns sobrados foram erguidos perto de várias casas comerciais e não muito distantes dos trapiches. Estes últimos, caracterizados pela sólida construção de pedra e cal, apresentando coberturas de grandes vãos, apoiados por largas e grossas tesouras, formavam na praça da feira e adjacências um panorama arquitetônico de singular beleza.



Desenhos da Rua Direita e torres do Bonfim-Laranjeiras Fonte: ((MAIA e outros, 1979:54).

Em 1835 é criada a freguesia do Santíssimo Coração de Jesus. Um ano depois, iniciou-se a construção da Igreja de São Benedito. Também a igreja do Bonfim na colina do mesmo nome. Na segunda metade do século XIX surgiu a igreja Nossa Senhora da Conceição. Não devemos esquecer a

Igreja Presbiteriana, fundada pelos primeiros missionários americanos em Sergipe, na década de 1880, como parte dessa arquitetura religiosa, com o chamado “sobrado dos protestantes”, hoje em ruínas.

Somam-se a essa arquitetura religiosa as construções civis, como a Ponte Nova, ou o ponto do Cangaleixo ou do Açougue. Também se destacam o paço municipal e o sobrado no sítio Santa Aninha, bem como a capela do mesmo nome. Somam-se ao conjunto desses edifícios civis, o mercado municipal, o teatro, a casa de João Ribeiro e a do padre Filadelfo de Oliveira.

Havia uma vida cultural intensa nessa cidade no século XIX, através dos jornais, do teatro, dos liceus, aulas de francês e dos gabinetes de leitura, clubes etc.

Laranjeiras vivenciou tempos de efesvercência através do produto que chegava dos engenhos da redondeza e da importância de mercadorias que chegavam por meio de sumacas, iates, brigues, bergantins, patachos e cútere. Chegavam gêneros diversos e os barcos voltavam carregados, principalmente de açúcar e algodão. A cidade ficava mais movimentada no dia de feira. Nos dias de sábado se reuniam aproximadamente cerca de quatro mil pessoas a aferirem suas mercadorias e produtos rurais.

Na época da autonomia política de Sergipe e das lutas que se seguiram, Laranjeiras se impunha como centro principal do comércio importador e exportador. Rica, opulenta, com mais de 850 fogos, sua população excedia 3.000 habitantes.

A NECESSIDADE DE UM PORTO

Mas era necessário um porto capaz de escoar melhor essa riqueza. O governante da década de 1850, Inácio Joaquim Barbosa, ansiava animar a prosperidade da província construindo um porto. Esse governante ficou impressionado com a via-sacra que os produtos da terra percorriam até o centro de consumo. Havia prejuízos com esse processo de escoamento da produção, mediante as despesas de carga e descarga e os riscos dessas operações. Sergipe não tinha um porto capaz de escoar toda a riqueza do açúcar que saía da Cotinguiba. O mercado consumidor importava o açúcar sergipano via o porto de Salvador.

Barbosa tomou uma série de medidas em protenção ao comércio do açúcar sergipano. Dentre essas medidas uma foi a mais ousada: ele assina a Resolução nº 413, de 17 de março de 1855, transferindo a capital sergipana, São Cristóvão, para as praias do Aracaju, objetivando construir um porto para escoar a riqueza da província. Aracaju era mais próxima dos engenhos da Cotinguiba.

Barbosa sabia que o principal problema a ser resolvido para a prosperidade de Sergipe advinha de uma localidade que tivesse um porto.

INÁCIO JOAQUIM BARBOSA

Com o respaldo do Gabinete de Conciliação, Barbosa era nomeado Presidente da província de Sergipe por Carta Imperial de 7 de outubro de 1853, tomando posse em 17 do mês seguinte. A biografia desse governante revela um político bastante influente nas rodas políticas da capital do Brasil. Sua formação é na área do Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo esse curso em 1844. É como advogado que ele tem acesso à corte. Em 1846 era nomeado Juiz de Paz em Paraíba do Sul (província do Rio de Janeiro), e em 1848 seguiu para o Ceará a fim de ocupar o cargo de Secretário do Presidente Fausto Aguiar. Ali casou-se, retornando depois ao Rio de Janeiro, continuando como Juiz de Paz na Corte. Vinha como Suplente de Deputado da Província do Ceará na legislatura de 1852/1853, pelo partido Conservador. Assumindo o mandato, destacar-se-ia pelo conhecimento demonstrado das finanças nacionais, como jurista.

Ele tinha 30 anos quando foi nomeado para governante de Segipe. Não possuía qualquer ligação com políticos sergipanos. Conheceram o Barão de Maruim na Câmara dos Deputados. O novo Presidente deveria manter-se acima das rivalidades político-partidárias que marcavam a vida sergipana na luta pela manipulação do poder. Os chefes políticos locais buscavam aproximar-se do gabinete que ascendia, e contar com o apoio do presidente nomeado para suas arbitrariedades.

Segundo Nunes, a Resolução de 17 de março de 1855, transferindo a capital para Aracaju, não seria um ato impetuoso do Presidente, mas planejado objetivamente dentro da realidade do momento em que vivia o país.

A transferência da capital enquadrava-se no momento de transformações político-econômicas vividas pelo país sob o comando do Gabinete de Conciliação, do qual o Presidente Inácio Barbosa era um dos colaboradores.

OUTRAS RAZÕES DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL

Vários pesquisadores, como Manoel dos Passos de Oliveira Teles, Enoque Santiago, José Calazans e Fernando Porto entendem a transferência da capital via a explicação econômica e Geográfica. Aracaju estava próxima à mais poderosa região econômica da Província: a Cotinguiba, esta região, centro da economia açucareira sergipana, padecia de problemas de escoamento do produto pela falta de um porto.

A antiga capital não oferecia perspectiva de responder a tal necessidade, tendo em vista sua situação geográfica, que dificultava a instalação de um porto, além da distância em relação à região da Cotinguiba. Em favor de Aracaju, pesava o fato de que as águas do Rio Sergipe, mais profundas e com seu largo estuário, tornavam a navegação mais fácil e segura. Nesse

entender, as praias do Aracaju abrigariam a nova Capital de Sergipe, tendo-se garantida, em futuro próximo, a presença do porto para atender ao escoamento da produção.

Essas explicações bastariam para explicar a mudança da capital? Não houve outras razões? Creio que é preciso acrescentar novos dados a esta discussão. Relendo artigos e outras fontes sobre o período, percebemos que existia presente na mentalidade de um grupo inovador na classe dominante sergipana, a perspectiva de um futuro melhor para a Província, um certo projeto de modernização.

Outros documentos mostram, também, entre outras coisas, a presença de uma certa crítica à situação da capital pelo seu aspecto urbanístico e relativa ao marasmo em que ela vivia. Tanto a visão de um futuro melhor para Sergipe como a crítica feita a São Cristóvão como Capital da província na ocasião, estão inseridos num mesmo processo.

É preciso perceber que fazia parte da mentalidade de uma parcela da elite sergipana o rompimento com o passado colonial e a necessidade de preparar um futuro melhor para a Província.

Ocorria um certo desprezo por São Cristóvão. Suas ruas tortas, estreitas, com algumas ladeiras, eram a herança viva de um passado que não combinaria com o futuro promissor que se projetava para Sergipe. Surgiria daí a necessidade de que a capital tivesse o mesmo grau de modernidade desse futuro almejado para a Província.

Temia-se que, cedo ou tarde, São Cristóvão chegasse à situação de Santo Amaro, que declinava economicamente, perdendo posição sócio-política para Maruim. Laranjeiras, que ascendia economicamente, sendo uma forte candidata a sediar a capital não atendia ao projeto do grupo modernizador, por apresentar um perfil urbanístico mais próximo da cidade colonial.

Nas praias do Aracaju, surgiria uma nova capital, onde teria um novo perfil urbanístico, novos traçados modernistas que distanciaríamos das tradicionais cidades coloniais. Ruas retas, sem ladeiras e todo um traçado novo estariam presentes na nova capital como assim projetava esse grupo da elite sergipana da época.

A existência de pântanos, lagoas, dunas, não impediria o projeto de modernização que se formava. Sabia-se que a ação organizada diminuiria as dificuldades naturais e os problemas seriam logo consumados pela necessidade de erguer uma nova capital que atenderia as exigências desse futuro progresso que a Província alcançaria.

Isto que aconteceu em Sergipe, não estava fora do contexto. Desde a década de 1850, no Brasil, é possível detectar o início de um processo de modernização no bojo do qual estão a ferrovia, a implantação de máquinas, urbanização.

TEXTO DE APOIO O PLANO DA CIDADE

José Calasans, situando os acontecimentos de Sergipe, durante o governo de Inácio Barbosa, no momento brasileiro, chama a atenção para o fato de a mudança da Capital ter-se efetuado numa fase em que ia pelo país inteiro uma verdadeira epidemia de melhoramentos materiais. Devemos acrescentar que muitos desses trabalhos visavam a melhorar as condições de vida nas cidades, até então vivendo em inteiro abandono.

O desenvolvimento da vida urbana, depois da independência, resultante da criação e expansão de vários órgãos administrativos sediados nas cidades, do progresso do comércio e do aparecimento de incipientes indústrias, estava criando uma aristocracia das cidades, a compartilhar prestígio com os senhores rurais. Estes, vivendo sempre afastados das cidades, na autossuficiência de suas fazendas, sempre votaram às cidades um desprezo feudal. A nova aristocracia, em defesa própria, começava com uma reforma completa em sua “casa”.

A iluminação das ruas, os serviços de água e esgoto, a expansão dos transportes, o gás e vários outros melhoramentos aparecidos naquele período, visavam diretamente ao aparelhamento das cidades. A nova aristocracia era amante do conforto... Tiveram, porém, o dom de atrair as atenções para os outros problemas da cidade, especialmente os que tocavam sua estrutura. Trezentos anos de vida colonial, entregues àquele “desleixo” português, tinham marcado nossas cidades com o estigma da desordem medieval, da cidade barroca.

(...)

Sebastião José Basílio Pirro, desde o momento da fundação, e Francisco Pereira da Silva, que a ele se juntou logo em outubro, souberam combater uma mentalidade infeccionada por trezentos anos de desordem urbana e que, naturalmente, reagia contra a planificação por eles defendida. Pirro nos deixou em janeiro de 1860, Pereira da Silva em outubro do ano seguinte. Deixaram atrás de si, perfeitamente amadurecido, o fruto de sua seara. Aracaju ficava perfeitamente cômico de seu plano.

PORTO, Fernando. A cidade de Aracaju (1855-1865) 2ª ed, Aracaju: FUNDESC,1991.

CONCLUSÃO

A transferência da capital sergipana pode também ser entendida como parte das mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XIX, com a independência de Sergipe da Bahia e da prosperidade econômica do açúcar. A idéia de uma cidade planejada, moderna, dava continuidade ao projeto de desenvolvimento de uma capitania que andaria com as próprias pernas, livre do domínio baiano.

A mudança da capital faria com que a região da Cotinguiba tornasse mais ainda próspera, facilitando a exportação e melhor gerenciando da presença do Estado na economia e na sociedade.

RESUMO

A Cotinguiba teve prosperidade econômica com a expansão da cana-de-açúcar. Laranjeiras foi um dos núcleos mais importantes dessa região.

Entretanto, faltava um porto para o escoamento dessa produção. Atendendo a esse interesse, Inácio Barbosa transfere a capital de Sergipe em 1855, de São Cristóvão para as praias do Aracaju. Há outras razões para a transferência da capital. Uma delas tem a ver com a mentalidade e parte da elite que almejava uma nova capital para atender o futuro promissor que se acreditava existir para a província.

ATIVIDADES

1. Por que a micro-região da Cotinguiba produziu boa parte do açúcar sergipano do final do século XVIII ao XIX.
2. Explique a mudança da capital sergipana em 1855 para as praias do Aracaju. Aponte como funcionavam os engenhos em Sergipe, exemplifique um deles. Escreva algo sobre a nova capital sergipana, destacando a atuação do Inácio Barbosa.
3. Qual a importância de Laranjeiras no período imperial sergipano?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. **Esboço Biográfico de Inácio Barbosa**. Aracaju, Se: Gráfica Sercore, 2000, vol. I, II e III.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**, Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.



- ALMEIDA, Maria da Glória. Uma unidade açucareira em Sergipe. – o engenho Pedras, São Paulo, BR, 1976, **Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, Aracaju- setembro de 1975.
- _____. **Nordeste Açucareiro (1840-1875) - desafios num processo do vir-a-ser capitalista**, Aracaju, UFS/SEPLAN, 1993.
- _____. Atividades produtivas. In: DINIZ, Diana M. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/São Cristóvão: BANESE,1991.
- _____. A propriedade da terra e a questão agrária. . In: **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/São Cristóvão: BANESE,1991
- ARAÚJO, Anderson. **Audácia: fizeram a nova capital do nada**. Correio de Sergipe, Aracaju, 17 e 18 de março de 2004, Geral A7.
- BEZERRA, Felte, **Etnias sergipanas**, Aracaju, Gráfica Editorial J.Andrade, 1984.
- CINFORM. Aracaju 150 anos. Aracaju, Se, março de 2005, Edição Especial.
- DANTAS, Beatriz Góis, **Vovô Nagô, Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil**, Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- _____, “Uma festa de negros e caboclos”, **Cadernos UFS** (1998), p.43-58
- DANTAS, Orlando. **A vida Patriarcal em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Org.) **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Aracaju: Banese, 1991
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo, **O Negro e a Violência do Branco - o negro em Sergipe**, Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977.
- FREIRE, Edvar. Aracaju, 148 anos de História. A Semana, Aracaju, Se, 16 a 22 de março de 2003, Cultura 3B.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- _____. **História territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe / Secretaria de Estado da Cultura / FUNDEPAH, 1995.
- JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 153 anos. Aracaju, Se, 16 a 18 de março de 2008, Caderno especial.
- LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. Arquitetura sergipana do açúcar. Aracaju: UNit,
- MAIA, Tom; NASCIMENTO, José Anderson e MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Sergipe Del Rey**. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro: EMBRATUR,1979.
- MOTT, Luiz, **Sergipe Del Rey - população, economia e sociedade**, Aracaju, Fundesc,1986.
- _____. Sergipe Colonial e Imperial: religião, família e sociedade. São Cristóvão: Editora da UFS\Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.
- NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio Arquitetônico e história urbana**. São Cristóvão: ed. UFS/Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.
- NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe a partir de 1820**, Rio de Janeiro: Editora Cátedra\ Instituto Nacional do livro, 1978

- _____. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. **Sergipe Provincial I** (1820-1840). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. **Sergipe Provincial II** (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro \ Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.
- _____. **Sergipe Colonial I**, São Cristovão: Editora da UFS \ Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.
- _____. Inácio Barbosa, o presidente progressista. *Jornal da Cidade*, Aracaju, Se, 17 de março de 2005, Opinião, B,15.
- OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de, *História de Laranjeiras Católica*, Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura, 2005
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. **Historia Econômica de Sergipe, (1850-1930)** Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS, 1987.
- _____. **Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930**, Aracaju, Funcaju, 2000.
- PLANO URBANÍSTICO DA CIDADE DE LARANJEIRAS. A Região e sua ocupação. Salvador, GRAU/ UFBA, 1975 VOL. 01.
- PORTO, Fernando. **A cidade de Aracaju** (1855-1865). 2 ed, Aracaju: FUNDESC,1991.
- RESENDE, José Mário, : 1850-1888”, Dissertação de mestrado em Geografia, UFS, 2003.
- SANTOS, Lenalda Andrade. Organização do trabalho. In: DINIZ, Diana M. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe/São Cristovão: BANESE,1991.
- SANTOS, Lourival Santana, **“Negros e Brancos: uma pedagogia da violência – Estudo sobre a resistência escrava em Sergipe no século XIX”**, UFS, 1991.
- _____. Justiça e escravidão no governo dos senhores in **Cadernos UFS: História**, n.2 (1996), pp. 31-40.
- SCHRAMM, Adolphine, *Cartas de Maruim, 1858-1863*, organização e tradução de Freitas, José Edgard da Mota, Aracaju, UFS/Núcleo de Cultura Alemã, 1991.
- SILVA, José Calazans. Aracaju- Contribuição a História da capital e Sergipe. In: **Aracaju e outros temas sergipanos**, Aracaju: FUNDESC,1992.
- SOUSA, Antônio Lindvaldo. Por que Mudança? In: **O Estado**, Aracaju, ano II, no. 33— 1ª. quinzena de abril\90.
- _____. Inácio Barbosa, uma biografia a se construir. **Cinform**, Aracaju, Se, 15.03.1999.
- SOUZA, Dom Marcos Antônio de, *Memória sobre a Capitania de Sergipe*, Aracaju, Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe, 2005.
- TRAVASSOS, Antonio da Silva, *Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe*, Rio de Janeiro, Instituto Typographico de Direito, 1875.
- WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe**. 1575-1930. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1970.